

# AS NOVAS PERSPECTIVAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL: O PAPEL FEMININO EM (RE) CONSTRUÇÃO.

**Autores:** Jairo Barduni Filho – Universidade Federal de Viçosa – Avenida Peter Henry Rolfs, s/n Campus Universitário – Departamento de Economia Rural – Cep: 36570000 – Viçosa – Minas Gerais.  
E-mail: [rfbarduni@yahoo.com.br](mailto:rfbarduni@yahoo.com.br)

Aline Guizardi Delesposte – Universidade Federal de Viçosa – Avenida Peter Henry Rolfs, s/n Campus Universitário – Departamento de Economia Rural – Cep: 36570000 – Viçosa – Minas Gerais.  
E-mail: [aline\\_guizar@yahoo.com.br](mailto:aline_guizar@yahoo.com.br)

Ana Louise Fiúza de Carvalho – Universidade Federa de Viçosa – Avenida Peter Henry Rolfs, s/n Campus Universitário – Departamento de Economia Rural – Cep: 36570000 – Viçosa – Minas Gerais.  
E-mail: [louisefiuza@ufv.br](mailto:louisefiuza@ufv.br)

Agências de fomento: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Nacional)

**Grupo de Trabalho 4 – Família, gênero, e Geração.**

### **Objeto de reflexão.**

Dentro de um recorte das relações de gênero no meio rural, apontamos como foco de nossa reflexão o trabalho como demarcador de hierarquias, e negociações de gênero no meio rural e a ascensão das atividades pluriativas no meio rural como uma estratégia para o experimentar subjetivo do sujeito, enquanto “independência” almejada com as perspectivas abertas com as demandas pluriativas do campo.

### **Situação empírica (quando concernente à proposta do paper).**

Este artigo foi construído sob a base teórica de disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, e pela experiência vivida por uma aluna recém graduada em Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa, proveniente do meio rural. Esta aluna veio por meio de sua pesquisa apontar novas perspectivas que decorreram de sua “saída” do meio rural, bem como a realização do matrimônio no viés do amor romântico (por escolha dela própria), em detrimento do destino traçado pela família, de continuação no trabalho rural, e matrimônio arranjado.

### **Definição, pelo(s) autor (es), da contribuição que pressupõe(m) oferecer ao debate na temática do grupo de trabalho.**

Procuramos com este artigo problematizar a relação de gênero demarcada pelas hierarquias no trabalho e relações de convívio no meio rural, captar as subjetividades de relações, discutindo aqui o que existe por detrás do visivelmente construído e reproduzido tanto pela imagem como pelo discurso como fundo de manutenção para a produção econômica do grupo familiar. Este estudo aponta para a perspectiva de pensarmos os sujeitos dessa construção coletiva como indivíduos possuidores de desejos particulares, com necessidades pessoais e com objetivos de vida individuais. Nesse sentido, podemos contribuir para pesquisas que venham a investigar processos de êxodo rural, produção no meio rural, conflitos rurais, desigualdade de gênero, sucessão familiar. Além de colaborar com pesquisas que trabalham com as mudanças de um rural agrícola após meados da década de 1990, onde se torna fundamental a perspectiva de pesquisar tais relações de gênero e seus desdobramentos neste novo rural que vem sendo delineados por investigações onde a subjetividade passa a ser mais visível em relação às pesquisas anteriores da década de 1990, que consideravam relevantes apenas o aspecto econômico e de produção do rural.

## **Introdução**

O objetivo deste trabalho é construir de uma abordagem teórica a respeito da relação de gênero no meio rural; discussão da problemática que envolve a construção de um projeto de vida dentro coletivo familiar em detrimento às aspirações de um projeto de vida individual; analisar o papel da mulher e do homem como definidores de tarefas no meio rural, retratando uma nova dinâmica do rural do qual a pluriatividade se torna elemento de implicações nas relações de gênero, na melhoria das condições de vida e na realização pessoal.

Apresentam-se, inicialmente, um panorama sintético sobre as novas significações do rural e uma breve abordagem sobre a questão de gênero no meio rural, para depois serem examinados algumas características da forma de como a mulher está inserida na agricultura familiar, tais como: 1) A divisão do trabalho por sexo; 2) Os espaços de trabalho definidos pelas relações de gênero; 3) A questão da tecnologia e gênero; 4) A mulher rural diante das atividades pluriativas. E finalmente, ao trabalhar estas perspectivas, consideram-se as possibilidades de mudança e limitações da mulher com relação a situação de trabalho da mulher rural.

Pretendeu-se construir a análise a partir de uma revisão bibliográfica elaborada durante as disciplinas Relações de Gênero no Meio Rural e Sociologia Rural do curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. Recorremos também a fontes complementares, como por exemplo, a monografia de uma aluna graduada em Pedagogia.

## **As novas significações do rural**

O debate sobre a noção de rural, ou ruralidades, ganha importância no seio das análises sobre as recentes transformações ocorridas no mundo rural (após décadas de 1970 e 1980). A partir da crise agrícola vivenciada no sistema fordista em meados da década de 1970, o rural com viés agrícola passa a ser revisto pelas políticas públicas. As áreas rurais deixam de ser vistas como sinônimos de práticas agrícolas, em linhas gerais, observa-se um esforço em demonstrar que as populações que vivem nas chamadas áreas rurais são tão diversificadas, tanto em termos econômicos, composição social, acesso a bens e serviços, por exemplo, quanto sua contraparte urbana. Nesse sentido, é preciso

levar em conta a multidimensionalidade do rural. O rural ganha dupla função, local de produção e consumo (PIRES, 2004).

E dentro desses contextos de transformações verificados no meio rural, que surge a questão de uma nova realidade, essas transformações não apontam para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade, tema do trabalho de Wanderley (2000).

De acordo com a autora, a nova ruralidade apresenta algumas dimensões como: a diversificação social, novos usos do rural, em especial, por pessoas provenientes do meio urbano, com fins produtivos, residenciais ou preservacionistas; Maior complementaridade entre rural e urbano, substituindo assim o caráter de antagônico; Crescimento demográfico, devido à diminuição das migrações e valorização de outros estratos sociais; Maior acesso a tecnologias, confortos e serviços que antes eram privilégio da cidade; Valorização e proteção do meio ambiente, das culturas e tradições locais que passam ser vistos como fonte de renda para população rural; Os agricultores passam a ter novos papéis, desempenhando uma diversidade de atividades, tornando-se profissionais para além do núcleo agrícola.

O rural foi sendo progressivamente (re) espacializado e a emergência da ruralidade será relevante para discutirmos as relações de gênero nesse meio.

### **A questão do gênero no meio rural**

Para problematizar as diferenças construídas socialmente entre homens e mulheres, que muitas vezes são naturalizadas, é necessário incorporar na análise a *perspectiva de gênero*. Para Lisboa (2003) essa perspectiva seria uma nova forma de compreender as percepções de mundo, os valores e os modos de vida, colocando em crise o força do patriarcalismo. A autora pontua que a perspectiva de gênero possibilita entender que as relações de desigualdade e injustiça entre os gêneros resultam da dominação socialmente construída e que as diversas opressões de classe, raça, geração desempenhadas sobre a mulher são moldadas por uma superposição de domínio.

A categoria “gênero” refere-se a características socialmente construídas, que por motivos políticos, econômicos, culturais e sociais, atribui papéis diferentes aos homens e mulheres. Dessa forma, gênero é uma construção simbólica e contém o conjunto de características designadas às pessoas a partir do sexo. Por sua vez, o sexo e o gênero não

estão condicionados um ao outro de maneira reducionista, a própria sexualidade é uma diferença construída social, histórica e culturalmente (BRUMER; PAULILO, 2004).

As autoras denotam as especificidades imbricadas em relação ao sexo como uma construção social/cultural capaz de refletir na ausência ou delimitação de oportunidades que estas mulheres podem vir a garantir. Uma das possibilidades de conquista seria em relação ao estudo, que de certa forma proporcionaria o rompimento da reprodução de um *habitus* cristalizado. O trecho que segue abaixo nos ajuda a exemplificar esta condição de não reprodução do ofício no meio rural.

Sou proveniente de uma comunidade rural e, durante a minha trajetória escolar, encontrei muitas dificuldades, para construir uma carreira escolar longa, como, por exemplo, a distância entre minha casa e a escola; os meios de transporte escolares precários e também conflitos familiares, pois prevalecia em minha família a hierarquia de gêneros, na qual as mulheres deveriam ser educadas apenas para a condição de esposa e mãe e, portanto, não se impunha a necessidade de uma escolarização longa, dado que o sustento familiar era visto como responsabilidade exclusiva dos homens. O desejo da minha família era que eu me dedicasse ao trabalho rural, juntamente com eles e aprendesse os fazeres básicos para uma boa “dona de casa” e esposa (PEREIRA, 2009, p.6).

## **1. A divisão do trabalho por sexo**

A agricultura familiar brasileira é caracterizada pela participação de todos membros na produção do grupo familiar, entretanto é dado ênfase na figura do homem *pleno* como o principal membro deste grupo, isto é aquele que detém o conhecimento e domínio de toda cadeia de produção de sua propriedade. Esta condição demarca o papel da mulher como coadjuvante na relação de produção e de entendimento e apropriação das técnicas de produção. Esta incoerência de gênero é um fato decorrente ao longo história de sublevação do papel da mulher na sociedade.

Nesse sentido, o estudo apresentado por Moura (1978) expõe que o trabalho familiar que rege a lógica produtiva e reprodutiva do grupo está fundamentado na divisão sexual do trabalho, sendo que determinadas tarefas são consideradas próprias aos homens e/ou às mulheres, além de estarem relacionadas com a posição ocupada por cada membro da família (pai, mãe e filhos). O reforço da idéia de que é o homem quem define as condições de sobrevivência do grupo perpassa pela cabeça de toda família, sociedade e Estado, predominando a crença de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo trabalho reprodutivo.

Deste modo os papéis definidos hierarquicamente no meio rural se reproduzem como o *habitus*, que Bourdieu (2001) aponta como uma predisposição, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. As disposições não são mecânicas, nem determinísticas. São dinâmicas e flexíveis. Podem ser fortes ou fracas. Refletem o exercício da faculdade de ser condicionável como capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais, arbitrárias. Tende a manutenção da história estanque que foi sendo construída através do discurso machista, e assimétrico na disputa de poder.

Essa ordem simbólica de dominação sinalizada pela lógica patriarcal contribui para a subordinação das mulheres na esfera do mercado de trabalho, na segregação da herança, salienta a divisão sexual do trabalho, naturalizando o lugar da mulher na esfera doméstica (responsável pelo trabalho reprodutivo, não remunerado) e designando ao homem o trabalho produtivo (remunerado) despendido nas atividades consideradas econômicas (PAULILO, 2004).

O processo de trabalho não é apenas algo que se faz. É também algo que se pensa. É uma “linguagem” por meio da qual, além de se construir a hierarquia e o gênero, se refletem sobre a condição humana. A divisão sexual do trabalho contribui com uma minimização de identidade da mulher rural em se considerar também como uma protagonista no trabalho rural. Levanta-se a questão de até que ponto uma divisão mais paritária de trabalho propiciaria uma relação de reconhecimento como indivíduo atuante e propositiva dentro da lógica de produção familiar?

## **2. A casa e o campo dois espaços de trabalho definido das relações de gênero.**

A casa dentro da perspectiva antropológica indica que este espaço deve ser primado pela harmonia, pela convivência pacífica do obediência verticalizado de quem naquele espaço detêm da lei de comando entre os outros membros familiares, ao contrário da desarmonia, confusão entre outros atritos que podem por em risco a coesão social, e a produção como um todo, que é oriundo dessa eficácia relacional (DaMatta, 2000).

Woortmann (1995) aponta para uma forma de produção pensada e praticada através de uma cultura de divisão de papéis a serem executadas por homens e mulheres, aos homens cabe o trabalho mais pesado em consonância com sua natureza biológica que lhes tornam aptos a: abrir a mata, cuidar do gado, cortar a madeira, e para a mulher,

dentro de um pensamento demarcado por um amálgama do binarismo, seu corpo é condicionado ao trabalho de cuidado com a horta, com a casa, com a preparação dos filhos para a reprodução desse modelo social rural por herança, e o próprio cuidado do esposo, sendo este último talvez a mais importante função da tarefa da esposa. Tornando-se questionável as funções que determinam a construção protagonista da masculinidade à frente da relação de produção dentro do grupo familiar.

Neste aspecto a mulher enquanto conjugue que teoricamente é possuidora de mesmos direitos possui uma participação majoritária no âmbito da casa, ao menos no sentido do trabalho doméstico. Mesmo assim esta participação se dá dentro de uma lógica da parte que complementa o todo do esposo, no caso o poder material e simbólico de mando na relação tanto social, quanto de produção.

Se dentro de casa o trabalho é tido como serviço, ou até mesmo prazer, ou favor, como lembra DaMatta (2000), é de se problematizar também a relação de gênero no meio rural, pois a relação de desejos no que diz respeito a individualidade, é o ponto de tensão condescendente com a cultura binária de espaços. O desejo de ocupar outros espaços inclusive o da roça não é um sentimento desconhecido para as mulheres do meio rural.

### **3. A questão da tecnologia e gênero, os entraves.**

A tecnologia construída pelo homem, não abarca todos os homens, principalmente quando o contexto é o meio rural, esta tecnologia é renegada para as mulheres da casa, devido à divisão construída culturalmente da casa versus o campo, atesta-se que o serviço da casa não provém dificuldades, que a casa pode continuar arcaica em detrimento a dinamização do trabalho do campo.

Tendo em vista a aproximação entre cidade e campo, é compreensível que a tecnologia e conforto sejam um bem almejado pela família como um todo na medida do possível, porém sendo a mulher a responsável pelo espaço doméstico, ela acaba que não tem participação nas questões que envolvem técnicas relacionadas à produção no campo, e mesmo quando esta é viúva a tecnologia não chega até ela devido a preconceito advindo de técnicos, se já não há uma relação dialógica entre o homem rural e este, o abismo de comunicação ainda é maior quando se trata da mulher provedora da casa.

Geralmente quando um trabalho realizado manualmente pela mulher passa a ser mecanizado quem o assume é o homem. Isso não ocorre pelo fato de as mulheres não

gostarem de *mexer com máquinas*, mas sim pelo fato de os cursos de capacitação técnica ser voltados aos homens, bem como outros recursos, entre eles financiamentos, crédito, etc. (BRUMER, 2004). A participação das mulheres em algum tipo de curso, na maioria das vezes, reforça os papéis femininos, ou seja, são cursos de beneficiamento artesanal de produtos agropecuários, de floricultura, panificação e confeitaria, etc.

SOTO (2002) não aponta a tecnologia como sendo algo ruim, entretanto, crítica a falta de liberdade do agricultor na liberação de outras atividades (culturais e filosóficas). Ou seja, aponta para a situação refém que este trabalhador se encontra na incorporação da tecnologia e cultura de produção urbana.

Apesar do reforço oferecido pelas instituições técnicas como os cursos para as mulheres desenvolverem atividades manuais, ainda este tipo trabalho deixa a desejar no que diz respeito às perspectivas das mulheres em ter maior expressão e reconhecimento do trabalho junto ao marido no trabalho rural.

#### **4. A mulher rural diante das atividades pluriativas**

A nova ruralidade que vem se tecendo a partir de meados dos anos 90, permite que sejam identificadas novas possibilidades de transformação das relações de gênero no meio rural, através de diferentes formas de organização do trabalho na unidade familiar. Segundo Graziano da Silva (1999) o ator social privilegiado desse “novo rural” seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de inserção profissional, como forma de ampliarem os rendimentos, redimensionando, assim, o peso da atividade agrícola na reprodução social da família.

O projeto Rurbano<sup>1</sup> aponta alguns fatores que contribuíram para emergência dessa situação. A emergência da pluriatividade é decorrente do processo de aproximação entre urbano-rural, que resulta na expansão de novas atividades que não estão ligadas com a produção agrícola. Dentre os novos tipos de ocupação destacam-se as atividades de lazer (os pesque-pague, os agroturismo), as moradias da classe média urbana, o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques, estações

---

<sup>1</sup> O Projeto Rurbano é o esforço de um grupo de pesquisadores que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas, coordenado pelo Professor José Graziano da Silva. Maiores informações [<http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>].



ecológicas) e novas formas de emprego como jardineiros, pedreiros, atividades ligadas à prestação de serviço (Graziano da Silva, 1999).

A pluriatividade seria uma estratégia de negociação ou possibilidade de rompimento do papel cristalizado pela relação desigual de gênero, tornando-se um elemento fundamental de expansão das atividades de geração de renda, bem como a possibilidade de conquista de melhoria de vida da família concomitantemente à realização de projetos de vida do membro familiar como indivíduo. Identificamos um “salto qualitativo” de condições do *EU* enquanto sujeito de desejos próprios.

### **Possibilidades de mudança e limitações da mulher com relação a situação de trabalho da mulher rural.**

Apesar de o indivíduo mulher ter como enfrentamento toda uma construção social e histórica de secundarização de seu papel dentro das relações familiares e de trabalho, entendemos que a nova dinamização do meio rural pode incentivar e desmistificar essa imagem social do trabalho considerado como ajuda, que é imbricado no imaginário social.

A disparidade nas relações sociais fragiliza a coesão harmoniosa da produção familiar, tendo em vista que é preciso que cada indivíduo se sinta como parte integrante de um sistema coletivo sem que prejudique as vontades e intenções de construção de seu projeto de vida individual. Nesse sentido a ampliação e apropriação de oportunidades individuais podem colaborar tanto para a autonomia do indivíduo quanto para a continuidade da vida familiar no meio rural.

## **BIBLIOGRAFIA**

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do Sul do Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, V. 7, 2004, N°. 12, p. 171 -174.

DA MATTA Roberto. **A casa & A Rua (Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil)**. Editora Rocco. Rio de Janeiro. 2000.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. Entre elas: afetividade versus complementaridade. In: **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. WOORTMANN, Ellen F.;HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. Brasília: NEAD,2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo: Unicamp.Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Argos, 2003.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

PAULILO, Maria Inez S. Trabalho familiar: Uma categoria de análise esquecida **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC. V.12, 2004,p. 229-252, jan/abr.

PEREIRA, Simone Barbosa de Oliveira. **Trajetórias Escolares de Jovens rurais e a relação com a escola.** 2009. 52f. Trabalho de conclusão de curso - Graduação em Pedagogia. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.

PIRES, André. Um sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO da Silva, José. **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização.** Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2004. p. 149- 171.

WOORTMAM, Ellen. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres.** Editora Universidade de Brasília. São Paulo – Brasília, 1995.

SOTO, Willian Héctor Gómez. **A produção do conhecimento sobre o "mundo rural" no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva.** 1a. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002. 324 p.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2000